

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXI

**Homenagem ao Doutor
Salvador Dias Arnaut
Volume I**



COIMBRA 1996
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

A CULTURA PORTUGUESA NO SÉCULO XV DA UNIVERSIDADE À CORTE*

MARIA JOSÉ AZEVEDO SANTOS
(*Universidade de Coimbra*)

Se a cultura nos tempos do Infante D. Henrique passou, inquestionavelmente, pelas cortes senhoriais¹, pela corte régia e pela Universidade, esta não deixou de ser marcada pela acção e intervenção do primeiro. * ¹

* Este trabalho foi apresentado no Congresso **O Mundo do Infante D. Henrique** (Angra do Heroísmo, 5-9 de Junho, 1995).

¹ Das cortes senhoriais laicas citem-se, entre outras, as dos infantes D. Afonso (futuro duque de Bragança), D. Pedro (duque de Coimbra), D. Henrique (duque de Viseu), D. Fernando (2º duque de Viseu) e a do Conde de Ourém (filho primogénito do 1º duque de Bragança). Das cortes senhoriais eclesiásticas relevem-se as dos arcebispos de Braga (D. Fernando da Guerra) e de Lisboa (D. Jaime e D. Jorge da Costa) e as dos abades e priores de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora (A. H. de Oliveira Marques, **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**, in **Nova História de Portugal**, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, 1987, p. 426). Como refere este último Autor, além da Corte Régia só se conhece bem a corte de D. Fernando da Guerra devido ao completíssimo estudo de José Marques, **A arquidiocese de Braga no século XV**, I.N.-C.M., Lisboa, 1988. Todas as outras aguardam as respectivas monografias. Veja-se ainda sobre este assunto, A. Resende de Oliveira, **Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa**, organização e coordenação de G. Lanciani e G. Tavani, Lisboa, 1993, s.v. «Cortes senhoriais», pp. 170-173.

Todavia, quão distantes estavam da nossa Universidade no espaço, no saber, no prestígio as de Roma, Bolonha, Pádua, Siena, Oxford, Salamanca ou Paris. Frequentavam-nas aqueles portugueses que, em número reduzido, diga-se, eram agraciados com bolsas de estudo², benefícios eclesiásticos e outros auxílios. Aos restantes escolares, leigos ou clérigos, Portugal oferecia a sua Universidade que pelo período que nos ocupa funcionava na capital do Reino —Lisboa.

Universidade, vocábulo, aliás, cada vez mais usado a partir dos inícios do séc. XV³, no sentido de Estudo Geral, era, antes de tudo, uma instituição de regalias oferecidas por reis, príncipes e papas⁴.

² Sobre as bolsas de estudo concedidas por D. Afonso V veja-se Humberto Carlos Baquero Moreno, **Um aspecto da política de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo**, Lourenço Marques, 1970. Ainda sobre a estada de alunos portugueses em várias Universidades europeias veja-se de J. Veríssimo Serrão, entre outros, **Portugueses no Estudo de Salamanca**, vol. 1, **1250-1550**, Lisboa, 1962; **Les portugais à l'Université de Toulouse (XIII^e - XVII^e)**, Paris, 1970 e **Les portugais à l'Université de Montpellier (XII^e - XVII^e)**, Paris, 1971.

³ «A designação de Estudo Geral, a partir do séc. XV, começou a cair em desuso e a ser substituída, na Europa, pela de Universidade. Em Portugal também se verificou esta evolução. O primeiro documento a referir Universidade no sentido de Estudo Geral data de 4 de Maio de 1408» (**Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)**, vol. II, Lisboa, 1968, p. XI).

⁴ Quanto às rendas, a Universidade de Coimbra «dependia exclusivamente de rendimentos eclesiásticos», pelo menos, até aos começos do séc. XV. A este propósito, A. H. de Oliveira Marques concluiu «que esses rendimentos provinham, na esmagadora maioria de igrejas do sul do País, pertencentes aos bispados de Lisboa e Évora. Quanto à natureza do clero salientavam-se os contributos do clero secular. Excepção para os Cistercienses de Alcobaça e dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho» (**Portugal na crise dos séculos XIV e XV**, vol. IV, p. 410). Ainda assim, dificuldades de ordem económico-financeira caracterizaram! quase sempre a vida da Universidade Portuguesa, sendo o período mais grave aquele que coincidiu com a transferência do Estudo, de Lisboa para Coimbra, em 1537, e que levou a profundos conflitos com o mosteiro de Santa Cruz desta cidade (Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos «Contenda entre a Universidade e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do século XVI - Breves notas», in **Actas do Congresso História da Universidade** (5 a 9 de Março de 1990), vol. 3, Coimbra, 1991, pp. 39-61).

Bem prova disto foi o facto de D. Henrique dotar a Universidade, pela primeira vez, de edifícios próprios, afastando a precária situação do arrendamento ou do empréstimo que tinham caracterizado os primórdios do Estudo Geral⁵.

Como podemos ver pelo quadro que se segue referem-se a este assunto as três mais antigas cartas que envolveram o Infante e a Universidade⁶.

Eram necessárias casas para ler, mas também casas para viver e estudar. Reclamavam-nas os estudantes e, por isso, em 1397, por carta passada em Évora, 23 de Abril, D. João I mandou ao Estudo Geral que desse pousadas aos escolares, no prazo de três dias, porque estes se queixavam de que: «muitas vezes aquece huu mes e mais que nom som apousemtados»⁷. Aspectos da vida escolar, vida escolar que passava também pelo equipamento interior das casas universitárias: mobiliário adequado, condições de escrita e de leitura e, sobretudo, livros.

Por referências esparsas na documentação, ou por fontes

⁵ Sobre este assunto veja-se Mário Brandão e M. Lopes de Almeida, *Universidade de Coimbra — esboço da sua história*, Coimbra, 1937, pp. 115-116; A. Vieira da Silva, *Locais onde funcionou em Lisboa a Universidade dos Estudos*, Coimbra, 1919 e Mário Alberto Nunes Costa, *Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral*, Coimbra, 1991.

⁶ Todas possuem a mesma data cronológica e tópica (1431, Outubro, 12, Lisboa). Pela primeira, D. Henrique comprou a João Anes, aneiro d'el rei, e a sua mulher, umas casas na freguesia de S. Tomé, por 400 coroas de ouro. Pela segunda, doou essas mesmas casas à Universidade. Pela terceira, a Universidade tomou posse dos edifícios. Estas cartas encontram-se já publicadas em várias edições. Citemos a de **Monumenta Henricina** porque publica os originais, quando existem (vol. IV (1431 -1436), Coimbra, 1962, pp. 2-10). Citemos também de Artur Moreira de Sá, «Les origines de l'Université Portugaise et son évolution jusqu'en 1573», in **Arquivos do Centro Cultural Português**, vol. II, Paris, 1970. Neste último trabalho, em apêndice, editam-se igualmente, entre outras, as três cartas acima referidas.

⁷ **Livro Verde da Universidade de Coimbra — Transcrição**. Apresentação de Manuel Augusto Rodrigues; transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso, A.U.C., Coimbra, 1992, doc. 23g, p. 124. Passaremos a citar esta obra por **Livro Verde— Transcrição**.

O Infante D. Henrique e a Universidade (1431-1460)

Data	Autor(es)	Destinatário(s)	Natureza dos documentos						Testamento	
			Venda	Doação	Auto de Posse	Carta-Missa	Certidão	Alvará		Carta (aspectos da vida universitária)
1431 Out., 12, Lisboa	João Anes, armeiro d'el-rei e sua m. Maria Rodrigues	Infante D. Henrique	Casas (freg. S. Tomé)	—	—	—	—	—	—	—
1431 Out., 12, Lisboa	Infante D. Henrique	Universidade	Casas (freg. S. Tomé)	—	—	—	—	—	—	—
1431 Out., 12, Lisboa	Infante D. Henrique	Universidade	—	—	—	—	—	—	—	—
1436, Estremoz	Infante D. Henrique	D. Duarte	—	—	—	(a)	—	—	—	—
1437 Abril, 10, Lisboa	Vasco Gil, Conservador da Universidade	Universidade	—	—	—	—	Cartas de 1431 aqui referidas	—	—	—
1441 Abril, 29, Torres Vedras	Pedro Lobato, juiz dos feitos d'el rei	Justiças do Reino	—	—	—	—	—	(b)	—	—
1443 Agosto, 23, Vila Franca	Infante D. Henrique	Universidade	—	—	—	—	—	—	Arrematação de rendas, faltas dos lentes, etc.	—
1443 Set., 1, Covilhã (mosteiro de S. Francisco)	Álvaro de Castro, Senhor de Cascais e sua m. Isabel	Infante D. Henrique	Casas (Bairro dos Escolares)	—	—	—	—	—	—	—
1448 Março, 25, Vila Franca de Xira	Infante D. Henrique	Universidade	—	—	—	—	—	—	—	Privilégios para a cadeira de Prima de Teologia
1460 Set., 22, Vila do Infante	Infante D. Henrique	Universidade	—	—	—	—	—	—	—	Privilégios para a cadeira de Prima de Teologia
1460 Out., 13, Vila do Infante	Infante D. Henrique	Universidade	—	—	—	—	—	—	—	Confirmação dos Privilégios concedidos nas 2 cartas anteriores

(a) Na intitulação lê-se «O Infante dom arrique... e protector dos estudos em Portugal»; (b) Isentando de certos encargos os caseiros que a Universidade tinha em Torres Vedras.

iconográficas, é fácil admitir, quanto ao mobiliário, a presença de mesas, de cadeiras, de bancos, de carteiras, de estantes ou de atris (Grav. I). Mais relacionado com o acto de escrever encontraríamos na Universidade, entre outros materiais, pergaminho, papel, tabuinhas enceradas, penas de ave, facas ou canivetes, estiletos e a sempre indispensável tinta e tinteiros.

Quanto aos livros, não podemos comprovar por documentos o local onde estariam conservados, a livraria, nem a sua natureza, nem quem os guardava, nem como estavam arrumados ⁸. Tão-pouco para a documentação administrativo-validatória se possuem mais dados. Apenas por analogia com outras instituições da época é de aceitar que papéis e pergaminhos avulsos estariam guardados, entre outros móveis a isso destinados, em arcas.

Por isto, e como sabemos, teremos que aguardar pelos Estatutos de 1559 para, com algum pormenor, conhecermos uma realidade que existia, por certo, havia já alguns séculos. Aí podemos ler que o cartório deveria ser uma *«casa boa e forte na qual estarão em caixões para isso bem ordenados todas as bulas e privilegios dos Santos Padres e assi as cartas, alvarás e provisões dos Reis e todas as outras escrituras de qualquer calidade que sêjão que*

⁸ A este propósito Aníbal Pinto de Castro escreveu: «Embora não seja descabido pensar que a Universidade, à semelhança das grandes instituições monásticas, como Santa Cruz de Coimbra ou Santa Maria de Alcobaça, possuísse desde muito cedo um apreciável acervo bibliográfico para uso dos seus mestres e escolares, o certo é que só nos princípios do séc. XVI a Livraria do Estudo aparece explicitamente mencionada nos documentos do cartório universitário». Efectivamente, este Autor menciona entre 1513 e 1537, ainda a Universidade se encontrava em Lisboa, vários documentos que dão conta dos cuidados que exigia a casa da Livraria do Estudo. São solicitadas, entre outras, reparações nos canos, nas paredes, nos telhados. Transferida a Universidade para Coimbra, continuam as referências, embora esparsas, à Livraria. (Aníbal Pinto de Castro, «Para a história da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra», in **A Universidade de Coimbra no seu 7- Centenário**, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1993, pp. 141 e seguintes).

pertenção à Universidade». A livraria, por sua vez, seria «*huma casa da Universidade, na qual estarão os livros de todas as Faculdades postos em estantes, e presos por* »⁹.

Falámos em cartório, em livraria, e o ?

Também neste ponto, e para a nossa época, as fontes não nos dão resposta.

Cabe, no entanto, referir que em 1471, Vasco do Avelar, escolar em Cânones, concluiu a cópia da colectânea de cartas a que hoje damos o nome de *Livro Verde da Universidade* ¹⁰. Copiou, frequentemente com alguma desatenção, os documentos do *Livro dos Privilégios da Universidade*, organizado pelo tempo de D. Fernando, e mais 58 de datas posteriores acrescentados naquele códice ou circulando em avulso. Se executou este trabalho, exigente e demorado, num local específico, o *scriptorium*, desconhecemos. O importante é salientar que o *Livro Verde da Universidade*, cartulário geral, com 118 cartas em português e 22 em latim, cronologicamente compreendidas entre 1288-1456, revela bem

⁹ Os Estatutos da Universidade de Coimbra de 1559, cujo original se perdeu, foram publicados em 1963. Os capítulos 58,59 e 60 intitulam-se, respectivamente, -«Do cartorio dos livros e papeis da Universidade»; «Da Livraria da Universidade»; «Do guarda do cartório e livraria e do que a seu officio pertence» (***Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)***, com Introdução e Notas Históricas e Críticas de Serafim Leite, Coimbra, 1963, pp. 187-195. Cabe ainda lembrar, aqui, quanto ao cartório, que, além de sabermos que a Universidade possuiu várias arcas pelos séculos XV-XVI, onde guardava os pergaminhos e papéis, temos notícia, em 1547, do primeiro guarda do cartório e da livraria—Femão Lopes de Castanheda (J. Ramos Bandeira, "Universidade de Coimbra", in ***Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra***, XVI, 1944, p. 485). Não esqueçamos também a arca-cartório que ainda hoje se pode admirar no Arquivo da Universidade de Coimbra. É uma notável jóia do mobiliário quinhentista. E em ferro e possui uma fechadura de um «mistério» verdadeiramente extraordinário. No interior, podemos observar um escanino também em ferro e com fecho.

¹⁰ Além do ***Livro Verde - Transcrição já*** referido, possui-se ainda, desde 1990, uma edição fac-similada (***Livro Verde da Universidade de Coimbra, Cartulário do século XV***. Introdução de Manuel Augusto Rodrigues, Transcrição dos índices por Maria Teresa Nobre Veloso, A.U.C., Coimbra, 1990).

como, à semelhança de mosteiros, de sés, ou de particulares, também a Universidade reconheceu na escrita não só a função de acumular, de preservar, de perpetuar o conhecimento, mas, sobretudo, no seu produto, o escrito, ela viu um excelente meio de gestão legislativa, económica e política".

Falámos do equipamento material da Universidade, falemos, agora, do humano.

Quantos alunos frequentavam a Universidade de Lisboa na 1ª metade do séc. XV? E qual o seu recrutamento social ou geográfico?¹¹ ¹² Quantos bacharéis ou doutores concluíram a sua formação pela mesma época? E de quantos professores se compunha o corpo docente? Calculam-se, para todos os casos, números baixos, mas não precisos ¹³. Pelo contrário conhecemos, já com algum pormenor, a composição dos quadros do pessoal superior, professores e outros oficiais, e do pessoal de funções administrativas, financeiras e fiscais que sustentavam a vida e gestão da Universidade ¹⁴.

¹¹ Estranhamente, este cartulário tem como suporte de escrita o papel que, desprovido de protecção alcalina, ao contrário do pergaminho, não resistiu à acção corrosiva da tinta ferro-gálica. Por isso, apresenta já algumas dezenas de páginas em avançado estado de deterioração, elevando assim o valor da edição fac-similada que o Arquivo da Universidade de Coimbra, na pessoa do seu Director, promoveu em 1990, como já atrás referimos.

¹² Para os anos de 1316-1499 e para a diocese de Coimbra dispomos já de um criterioso trabalho de Saul António Gomes, «A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários: o exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV», separata das **Actas do Congresso** «História da Universidade», (5-9 de Março de 1990), Coimbra, 1991, pp. 195-234.

¹³ Quanto a este assunto, permanece a ideia de que o número de docentes e alunos subiu no século XV (A. H. de Oliveira Marques, **ob. cit.**, pp. 415-416). Mas o que interessa mesmo realçar é que não existem listas dos alunos matriculados nas várias disciplinas ensinadas na Universidade antes de 1537. Quanto aos professores, doutores, licenciados, bacharéis e mestres, de nada dispomos até 1506 (**Chartularium Universitatis Portugalensis**, vol. IV, p. VIII).

¹⁴ Sobre este tema veja-se a síntese de A. H. de Oliveira Marques, **ob. cit.**, pp. 412-413 e respectiva bibliografia.

Acima de tudo e de todos estava, desde finais do séc. XIV, urna figura—o protector—o primeiro dos quais foi o Doutor João das Regras. Este morreu em 1404 e sucedeu-lhe Gil Martins. Quando abandonou o cargo não se sabe, pelo que igualmente se ignora a data em que o seu sucessor, o Infante D. Henrique, iniciou o desempenho daquela actividade ¹⁵.

Moreira de Sá aponta o ano de 1431 como provável termo *a quo* do começo da acção de D. Henrique na Universidade de Lisboa. E que naquele ano, dia 12 de Outubro como já vimos, o Infante D. Henrique fez carta de doação de umas casas à Universidade ^{15 16}. Mas por tudo o que acrescenta à vida do Estudo, Moreira de Sá defende que D. Henrique seria já muito mais do que um simples doador. A doação das casas foi, talvez, um dos primeiros actos que executou na qualidade de protector do Estudo¹⁷.

Mas esta importante outorga juntou-se, afinal, a muitos outros privilégios, honras e isenções que detinham, então, os estudantes, os professores e os oficiais da Universidade portuguesa.

Lembremos, a título de exemplo, a isenção do pagamento de vários impostos, a isenção da obrigação de estudantes e professores terem cavalos e armas, porque, como prescrevia D. João I em 1390, Novembro, 28, «a uns cumpre ler e a outros aprender» ¹⁸; o privilégio de foro académico, os privilégios concedidos a título

¹⁵ Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida, *oh. cit.*, pp. 121-123.

¹⁶ O original desta carta encontra-se no Arquivo da Universidade de Coimbra e foi posteriormente copiado, entre outros livros, no **Livro Verde da Universidade**. O original tem tido várias publicações. Cite-se, por ora, a que consta de **Monumenta Henricina**, vol. IV (1431-1434), Coimbra, 1962, doc. 3, pp. 4-8.

¹⁷ **Chartularium Universitatis Portugalensis**, vol. IV, pp. X-XII e doc. 956. Entretanto, no ano de 1436, o Infante D. Henrique já se intitula «protector dos estudos de Portugal» (**Chartularium Universitatis Portugalensis**, vol. IV, doc. 1068).

¹⁸ **Livro Verde -Transcrição**, doc. 23 b, pp. 121-122.

peçoal, como o «andar de besta muar de sela e freio»¹⁹, ou o «trazer espada de ambas as mãos»²⁰, o privilégio de doutores, suas esposas e filhas, poderem exhibir os seus vestidos, barretes, gibões ou saios confeccionados nos mais ricos tecidos próprios da «linhagem real»²¹. Tudo isto era, no fundo, a aristocratização da Universidade portuguesa, fenómeno comum a outras escolas europeias, que, desenvolvendo um estilo de vida muito próprio entre os universitários, procurava imitar os «nobiles»²². E por falar em vestuário e privilégios, refiram-se os chamados Segundos Estatutos da Universidade, em língua latina, jurados na Sé de Lisboa a 16 de Julho de 1431²³. Aqui definem-se, pela primeira vez, as características dos trajes académicos (de mestres e estudantes). Acautela-se a honestidade dos que estudam deter-

¹⁹ Percorra-se o *Chartularium Universitatis Portugalsis*, vol. V, e encontrar-se-ão muitas cartas concedendo este privilégio, como a de 1446, Setembro 24, pela qual D. Afonso V autoriza o bacharel Pedro Dias, lente de Leis do Estudo, a «andar em besta muar de ssella e freio» (doc. 1385). Cfr. *Ordenações A fonsinas*, Livro V, Lisboa, 1984, título CXVIII, pp. 395-405 «De como som deffesas as bestas muares».

²⁰ Privilégio concedido a Vasco de Resende, repetidor de Lógica, por carta de 1451, Julho 7, passada em Lisboa (*Chartularium Universitatis Portugalsis*, vol. V, doc. 1605).

²¹ A este propósito, atente-se num capítulo das Cortes de 1459 realizadas em Lisboa: «*Vossa alteza consentir nam deue em maneira algua que nehuapessoa de vosso Regno vista pano da sorte que vossa senhoria vestir tirando aqueles que da linhagem Real deçendem Ca Jaa em vosa corte nam ha fidalguo nem caualeiro nem escudeiro nem ajnda outros de menos vallor que se contente de vestir se nam panos de seeda menijs lilas*». Apesar da queixa, o Rei permitiu que os doutores, suas mulheres e filhas, usassem panos próprios da realeza. (*Chartularium Universitatis Portugalsis*, vol. VI, doc. 1920).

²² Nos Estatutos da Universidade de Bolonha, por exemplo, dizia-se mesmo que os universitários deviam levar uma “vida nobre” e os mestres eram considerados “nobiles viri et primarii cives” (Julio Valdeon Baroque, «Universidad y sociedad en la Europa de los siglos XIV y XV», in *Universidad, Cultura y Sociedad en la Edad Media*, Alcalá de Henares, 1994, p. 23).

²³ *Os primeiros Estatutos da Universidade de Coimbra*, introdução de Manuel Augusto Rodrigues, A.U.C., 1991, pp. 16-25 (texto latino e versão portuguesa).

minando que nenhum escolar «tenha cavalo, jumento, cães ou aves para caçar»; «nem mulher suspeita, de modo contínuo, em sua casa». E como sinal do fausto universitário, regulamentam-se as cerimónias, os juramentos e o tempo necessário para as promoções em qualquer das «Faculdades». Ao tempo que nos ocupa, as «Faculdades» eram Cânones (subdivididos em Decreto e Decretais); Leis; Medicina; Filosofia; Teologia²⁴; Gramática; Lógica; Retórica; Aritmética; Música; Geometria e Astrologia²⁵. Uma referência especial merece, todavia, a cadeira de Teologia. Por carta de 25 de Março de 1448 D. Henrique estabeleceu uma pensão anual e perpétua de dez marcos de prata destinada a manter a cátedra de Prima de Teologia, determinando, na mesma ocasião, várias obrigações que o lente e o Estudo Geral deveriam cumprir²⁶.

Já no ano da sua morte (1460), e por duas cartas testamentárias, uma de 22 de Setembro e outra de 13 de Outubro, o «Navegador» concedeu, pela primeira, um aumento da referida pensão para 12 marcos de prata²⁷, enquanto pela segunda limitou-se a confirmar

²⁴ Sobre «as diversas designações da Teologia e o saber que se transmitia» veja-se José Antunes, **A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV (juristas e teólogos)**, Coimbra, 1995, pp. 540-545.

²⁵ São estas ciências as mencionadas na já referida carta de doação de D. Henrique, de 12 de Outubro de 1431, e pela qual ele ofereceu à Universidade umas casas na freguesia de S. Tomé, em Lisboa, para o funcionamento adequado do Estudo Geral (cfr. nota 6). Sobre este assunto, veja-se A. H. de Oliveira Marques, **ob. cit.**, pp. 413-414. O Autor baseia-se nos trabalhos de Teófilo Braga, **História da Universidade de Coimbra**, vol. I, Lisboa, 1892, Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida, **ob. cit.**, António José Saraiva, **História da Cultura em Portugal**, vol. I, Lisboa, 1950 e Artur Moreira de Sá, **O Infante D. Henrique e a Universidade**, Lisboa, 1960, mas chama a atenção para a necessidade de acompanhar a sua leitura com os dados novos fornecidos pelo **Chartularium Universitatis Portugalsis**.

²⁶ Lembremos o encargo de, anualmente, por dia da Anunciação da Virgem, 25 de Março, fazerem a invocação do Infante D. Henrique, o que veio a ser consagrado em Estatutos posteriores (**Monumenta Henricina**, vol. IX, doc. 176, pp. 277-282).

²⁷ «**Carta testamentaria do infante D. Henrique, a ordenar que dos dízimos da Ordem de Cristo da ilha da Madeira se dêem, anual e perpetuamente, no Natal, 12 marcos de**

tudo o que anteriormente tinha decidido²⁸. Mas não foi só à cadeira de Prima de Teologia que D. Henrique dispensou atenção. Aspectos como a arrematação de rendas, a prestação de contas dos rendeiros, e o absentismo dos lentes, foram objecto do seu cuidado em carta de 1443 Agosto 23, passada em Vila Franca: «*Outrosi a mim foi dito que alguus leemtes erram alguus dias que ñ lee suas lições e nom lhes he descomtadopore mamdo que se tenha esta maneira: que cada sobado vaa o bedel per todallas scollas sallariada<s> e saiba per juramento quamtas lições erraram aquella somana. E asemente-as em seu livro e de-as em rool ao reçebedor pera lho descomtar. Outrosi a ml he dito que alguus leemtes leixam de leer muitas lições por se teerem ao ler de sem sostetutos e levam sem mantimêtos em cheo. epor corroger esto mando que se tenha esta maneira: o dia que ho leete ñ leer seja-lhe descomtado se sustetuto ñ poser. E se ho quiser pøer mamdo que ho ponha a prazimento dos scollares e aja a metade do sollairo e mais ñõ*»²⁹.

prata ao lente da cadeira de prima de teologia da Universidade de Lisboa, com as obrigações seguintes para o mesmo: de fazer a oração de Sapientia no início de cada ano escolar; de pregar dia de Natal na igreja do mosteiro, do Salvador, de Lisboa; de cantar missa e pregar, em 25 de Março, na igreja do mosteiro de S. Agostinho da mesma cidade, com a assistência dos professores, estudantes e demais pessoal da Universidade, em memória das casas que lhe doara; de, nessas ocasiões, encomendar a Deus a alma do infante, dos defuntos da Ordem de Cristo e das pessoas por quem ele tinha obrigação de rogar» (*Monumenta Henricina*, vol. XIV, doc. 4, pp. 7-10). Sobre a vida religiosa na Universidade portuguesa veja-se Manuel Augusto Rodrigues, «A vida religiosa na Universidade de Coimbra», in *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, 1993, pp. 147-160.

2*«Item, ordeno e mando que o leente da thiolosia da cadeira da prima aja, em cadhuu anno, pera sempre, doze marcos de prata por a primeira rrenda dos dizimos que a ordem de Christos ha na jlha da Madeira, pollo quali faram o principio no estudo e diram certas mjssas e preguações, segundo faz de craração na carta mjnha que dello leixo; e esto em rrenembrancha da doaçom que lhe fiz das casas em que esta o dicto estudo» (*Monumenta Henricina*, vol. XIV, doc. 9, p. 21).

²⁹*Livro Verde - Transcrição*, doc. 48a, p. 198 e em outras publicações.

Afinal, o combate ao absentismo dos lentes, portador em si mesmo de comportamentos moralmente incorrectos, associado, entre outros aspectos, à distribuição das principais disciplinas pelas horas mais adequadas do dia, era já revelador de uma preocupação pedagógica que, como sabemos, ocupa ainda a atenção das Universidades portuguesas dos fins do séc. XX. Preocupações que experimentou também o Infante D. Pedro em carta-missiva enviada a seu irmão D. Duarte e escrita em Bruges, corria o ano de 1426: «*A mym parece que a Unjversidade da vosa terra deuja ser emendada e a maneyra vos escreuerey segundo ouuy dizer a outro que nysto mais entendia que eu*»³⁰.

Mas o duque de Coimbra levou ainda mais longe o seu interesse pelos estudos. Por carta passada a 31 de Outubro de 1443, e na altura já Regente do Reino, quis criar, naquela cidade, outro Estudo Geral. Infelizmente pouco se sabe desta instituição, sendo certo que o último documento que a ela se refere data de 1464³¹.

³⁰ Esta carta, de que a cópia mais antiga que se conhece data de fins do séc. XVI, não apresenta data cronológica nem tópica, todavia atribui-se a data crítica de [1425, Dezembro - 1426, Abril, Bruges]. Pela sua riqueza, desde o século passado que este documento tem vindo a ser estudado e publicado por vários historiadores. Citem-se duas edições das mais recentes (*Monumenta Henricina*, vol. III, doc. 71, pp. 140-149) e *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. III, doc. 856, pp. 311-319. Cfr. Manuel Augusto Rodrigues, «O Infante D. Pedro e a Universidade», in *Actas do Congresso Comemorativo do 6- Centenário do Infante D. Pedro, Biblos*, vol. LXIX, Coimbra, 1993, pp. 352-353.

³¹ Uma boa síntese sobre este assunto foi feita, recentemente, por Manuel Augusto Rodrigues, «art. cit.», pp. 359-361. Se o leitor, entretanto, desejar ler a carta de criação do Estudo Geral em Coimbra e outras posteriores que se lhe referem, veja *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. IV, doc. 1329; vol. V, docs. 1381, 1557, 1558 e 1559; vol. VI, doc. 2080. Da fundação desta Universidade conserva-se ainda no Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, uma lápide identificada por A. Nogueira Gonçalves em 1990 (A. Nogueira Gonçalves, «Sapiência - identificação da lápide da sapiência», in *Actas do Congresso Comemorativo do 6- Centenário do Infante D. Pedro*, pp. 363-365).

E, na impossibilidade de abordarmos o «mundo» do Estudo Geral de Lisboa nos tempos henriquinos, tentemos conhecer um pouco quem eram os seus mestres e estudantes. Para isto, recorreremos ao *corpus* do *Chartularium Universitatis Portugalensis* que, não por listas ou rois, mas por cartas de súplica, de nomeação ou de privilégios, nos dá conta de quem procurava o Estudo, que graus atingia, que cursos frequentava, que intervenção tinha na Igreja, na administração, na Corte, ou mesmo no mundo exterior. Ressalta, aliás sem admiração, que mais de 50% dos graduados pela Universidade de Lisboa e alguns pelas estrangeiras como Oxford, Paris, Roma ou Florença pertenciam à Ordem de S. Domingos. Encontramos lentes, mestres, licenciados, na sua maior parte, formados em Teologia. Com carácter excepcional em Filosofia e em Lógica. De alguns sabemos que pertenceram aos mosteiros de S. Domingos de Santarém, de Benfica ou do Porto. A seguir aos Dominicanos ressaltam os Franciscanos. De presença muito reduzida registámos alguns cónegos Regrantes de Santo Agostinho. De dois sabemos apenas que estudaram Direito Canónico e os restantes obtiveram graus diversos em Teologia. Mais excepcional ainda é a presença de Carmelitas, de Eremitas de Santo Agostinho³², de Cónegos Lóios ou de Beneditinos.

É, porém, admirável como todos, à sua medida, projectaram na sociedade da sua época a formação profissional e o poder intelectual que o Estudo Geral de Lisboa ou de outras cidades europeias lhes conferiam. Citemos os casos que nos pareceram mais notáveis.

³² A insignificante representação destes religiosos nomeadamente no campo da **Sacra Pagina** fica bem patente no quadro que José Antunes organizou sobre os «Mestres e Leitores de Teologia entre os Eremitas de S. Agostinho dos séculos XIII a XVI» (**ob. cit.**, p. 562). Para este período cronológico arrola apenas doze teólogos. Cfr. com os dois outros quadros de Dominicanos e Franciscanos a que adiante aludiremos.

Entre os Dominicanos, lembremos o papel de Frei João Verba como confessor de D. Henrique, como co-autor na obra «Livro da Virtuosa Benfeitoria» e ainda como capelão pontifício. Para este cargo foi também nomeado em 1455, pelo Papa Calisto III, um outro dominicano, Rodrigo Sintra, bacharel em Teologia. Por sua vez, Frei Álvaro da Mota, mestre em Teologia, foi nomeado por D. Pedro, duque de Coimbra, para Reitor do Estudo Geral que em 31 de Outubro de 1443, como já referimos, o infante pretendeu fundar naquela cidade. Não menos ilustres foram também, entre tantos outros, Frei Afonso Velho, professor de Teologia e confessor de D. Henrique e Frei Lourenço de Eivas embaixador de D. Afonso V³³.

Entre os franciscanos, citem-se os teólogos Frei Afonso de Alprão, confessor de D. João I, Frei André do Prado, a quem aludiremos mais adiante, Frei Afonso do Paraíso, confessor de D. Duarte, Frei Luis de Beja, confessor de D. Fernando e Frei Gil de Tavira, embaixador no Concílio de Basileia, capelão pontifício, confessor e mestre de D. Afonso V³⁴. Religiosos ou eclesiásticos, de que

³³ Os Dominicanos letrados tiveram, de facto, uma acção notável no Portugal e na Europa do séc. XV. Fr. António do Rosário arrolou, entre 1400-1499, 73 frades pregadores letrados e que desempenharam altos cargos civis e eclesiásticos (Fr. António do Rosário, «Dominicanos na história da Universidade portuguesa», in **Actas do Congresso História da Universidade** (5-9 de Março 1990), vol. 4, Coimbra, 1991, pp. 189-192. Veja-se também o significativo e pormenorizado quadro dos «Mestres e Leitores Dominicanos da Cadeira de Teologia dos séculos XIII a XVI» que José Antunes elaborou na sua tese de doutoramento (**ob. cit.**, pp. 557-559).

³⁴ Digna de realce é ainda a súplica de 1453 passada em Roma no dia 26 de Junho. Por ela os religiosos do mosteiro de S. Francisco de Lisboa, além de solicitarem a incorporação desta casa, e respectivo Estudo Geral, na Universidade de Lisboa, com todos os privilégios e prerrogativas, pediam que os frades que desejassem ser promovidos ao grau de Mestre em Teologia lessem antes 2 anos Filosofia ou Teologia num convento da Ordem do Reino de Portugal e durante outros dois lessem e cursassem Teologia no convento de Lisboa. Por bula da mesma data, Nicolau V, num claro reconhecimento da notável acção cultural e evangélica dos Franciscanos, satisfez aqueles pedidos (**Chartularium Universitatis Portuagalensis**, vol. V, doc. 1710). Para José Antunes a

destacamos D. Jorge da Costa, «cardeal de Alpedrinha»³⁵, licenciado em Teologia e confessor das irmãs de D. Afonso V, estendiam no país e no estrangeiro a cultura e o saber que obtinham na Universidade.

De facto, a Corte, ao promover e apoiar o Estudo Geral de Lisboa e seus escolares, era, no fundo, a primeira a tirar proveito disso. Era lá que ia buscar os seus confessores, capelães, conselheiros, embaixadores, mestres, físicos e cirurgiões³⁶, oradores³⁷ e outros³⁸.

incorporação dos Estudos teológicos do convento dos Franciscanos de Lisboa na Universidade «pode também significar uma certa decadência ou inviabilidade do Estudo para o futuro» (**ob. cit.**, pp. 535-538 e 555). À semelhança do que fez para os Dominicanos, José Antunes elaborou também um completíssimo quadro dos «Mestres e Leitores Franciscanos da cadeira de Teologia dos séculos XIII a XVI» (**ob. cit.**, pp. 549-551). Conclui-se, porém, que, reforçando outros dados já existentes, os testemunhos de leitores Franciscanos de Teologia, no século XV, são inferiores aos homólogos Dominicanos. Cfr. Fernando Félix Lopes, «Franciscanos portugueses pretridentinos escritores, mestres e leitores» in *Repertorio de Historia de las Ciencias Eclesiásticas en Espana*, vol. 7, Salamanca, 1979, pp. 450-508.

³⁵ Este ilustre dignitário da Igreja, depois de ter desempenhado em Portugal, particularmente na Corte, importante acção, partiu para Roma, tendo-se tomado aqui «na figura portuguesa mais notável em Itália no final do século XV e princípio do século XVI» (Manuela Mendonça, **D. Jorge da Costa**, «Cardeal de Alpedrinha», Lisboa, 1991).

³⁶ Para conhecermos, em pormenor, os físicos e cirurgiões no Portugal do séc. XV leia-se de Iria Gonçalves, «Físicos e cirurgiões quatrocentistas - as cartas de exame», in *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, 1988, pp. 9-52.

³⁷ A propósito da trasladação do corpo de D. João I, de Lisboa para o mosteiro da Batalha, e solenes exéquias por sua alma Rui de Pina escreveu: «Na Rua Noua se fez hu pulpito, em que hu meestre em theologia, em chegando a elle a carreta, fez hu sermam, pera o caso muyto louuado, acabado o qual, seguyo a procissam atee junto com Sam Domjngos, onde em hũ cadafalso que se pera ysso ordenou, o doctor Diego Affomo Mangancha que era leterado e bem eloquente, tanto que a carreta chegou, fez outro sermam, cujo thema foy: **Et nos moriamur cum eo**, com que trouxe pera o caso cousas muy notaues e asaz bem dictas» (*Monumenta Henricina*, vol. III, p. 276). Aquele orador era o famoso jurista Diogo Afonso Mangancha, Mestre em Artes, que obteve grande papel na política e na Universidade (Mário Brandão, Manuel Lopes de Almeida, **ob. cit.**, p. 142 e segs.). Por sua vez, D. Afonso V em 1453 nomeou Pedro Lourenço Homem, bacharel em Degredos, seu capelão e orador (*Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. V, doc. 1716).

³⁸Cite-se, por exemplo, a carta de procuração de 1450, Junho, 27, pela qual D. Afonso V deu poderes a João Fernandes da Silveira, Doutor em Leis, para tratar do

Mas se os reis e infantes chamavam a suas casas a gente letrada e sábia, não deixavam, igualmente, de a escolher para o desempenho das mais importantes funções administrativas e judiciais. Os poderes públicos exigiam, cada vez mais, o saber da «aristocracia intelectual» da Universidade³⁹. Assim, vemos escolares, bacharéis em Direito, Leis ou em outras disciplinas, nomeados para tesoureiros, corregedores, procuradores, tabeliães do cível e do crime e para outras actividades que implicavam saber e competência⁴⁰.

Percorrendo o reino de Portugal encontraríamos, em 1436, Gonçalo da Silveira, estudante de Decretos, na tesouraria de Évora⁴¹; em 1443, Lopo Alvares, escolar em ambos os Direitos, corregedor da Comarca da Beira⁴²; em 1450, Pero de Coimbra, também escolar de Direito⁴³, corregedor da Comarca de Entre Tejo e Guadiana. Gomes Eanes Aranha, bacharel em Leis, foi corregedor do reino do Algarve em 1456⁴⁴, enquanto na mesma data era nomeado

casamento do Imperador Frederico com a Infanta D. Leonor (*Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. V, doc. 1534). Sobre estes esponsais veja-se *Leonor de Portugal-Imperatriz da Alemanha - Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento, Lisboa, 1992.

³⁹ Reconhecia-se que a Universidade gerava não só competência profissional mas também prestígio e poder (cfr. Jacques Verger, «Université et pouvoir politique, du Moyen Age à la Renaissance», in *Actas do Congresso História da Universidade (5-9 de Março de 1990)*, Coimbra, 1991, pp. 11-23. Como trabalho de referência sobre o assunto mantém-se J. Le Goff, *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*, tradução portuguesa, Lisboa, 1980, pp. 185-203.

⁴⁰ Foi o caso, por exemplo, do Doutor Vasco Fernandes, a quem D. Afonso V confirmou uma tença de 210 000 libras anuais por fazer as cartas em latim “pera fora da terra” (carta de 1450, Junho, 10 - *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. V, doc. 1527).

⁴¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. IV, doc. 1051.

⁴² *Ibidem*, vol. IV, doc. 1313.

⁴³ *Ibidem*, vol. V, doc. 1493.

⁴⁴ *Ibidem*, vol. VI, doc. 1787.

para tabelião do cível e crime, em Coimbra e seu termo, Rui Gonçalves, escolar em Leis⁴⁵. Ainda em 1456, D. Afonso V fez várias nomeações para procuradores; nas audiências seculares em Lisboa e seu termo surgiu Diogo Álvares, escolar em Direito Canónico, enquanto Jorge Dias, escolar em ambos os Direitos, foi nomeado procurador do número na comarca de Trás-os-Montes⁴⁶.

E o desembargo régio, em toda a sua complexidade de cargos e departamentos, não era igualmente na Universidade que recrutava o seu pessoal?⁴⁷

Escolares, bacharéis, licenciados ou doutores quase sempre em Leis ou Decretais ocuparam, entre outros, os cargos de chanceler, corregedor da corte, escrivão da chancelaria, vedor da chancelaria e escrivão da puridade.

E no itinerário que o título da nossa comunicação propõe chegá-mos agora à Corte, se é que ao entrarmos na Universidade não entrámos logo, em boa medida, na Corte.

Um dos principais meios de difusão da cultura foi ainda no tempo do Infante a escrita, o saber escrever. Arte ou técnica, quem possuía este saber, que arrastava em si, inexoravelmente, poder, pertencia, sem dúvida, a um escol, a maior parte das vezes com alto nível intelectual. Raramente indiferentes às mutações políticas, sociais e culturais, que à sua volta se geram, as escritas são, por isso, uma imagem, um espelho muito aproximado e nada hipócrita das sociedades que as criam, que as usam, que as desenvolvem. Longe ainda, nestes tempos, de atravessar verticalmente a socie-

⁴⁵ *Ibidem*, vol. VI, doc. 1795.

⁴⁴ *Ibidem*, vol. VI, docs. 1810 e 1813.

⁴⁷ Veja-se sobre este assunto, Annando Luís de Carvalho Homem na sua tese de doutoramento, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, INIC, Porto, 1990.

dade ou ser padrão cultural dos nobres, o saber ler e escrever ganhou, todavia, com a ínclita geração, um lugar nunca até aí alcançado.

O século XV, como em muitos outros aspectos, é graficamente um período de chegada e de partida, o que supõe só por si momentos de encontros e de coexistências. Nesta centúria podemos falar de formas históricas de escrever, escritas-padrão, quase uniformes e que têm na gótica libreria o seu emblema. Mas é também no século XV, nos seus inícios, que integrado no movimento cultural do humanismo italiano, surgiu pela mão do insigne autor Poggio Bracciolini⁴⁸ a chamada escrita minúscula humanística. Escrita de elite, pela difusão, pela funcionalidade, constituiu uma tentativa de renascimento da escrita *antiqua*, a Carolina.

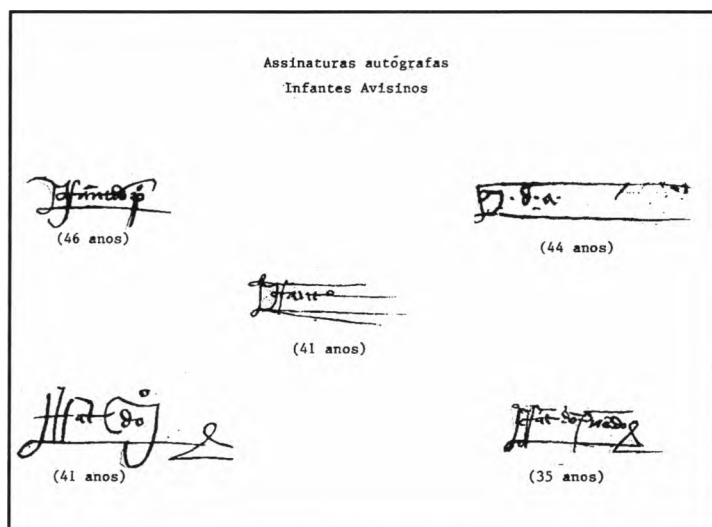
Formas históricas de escrever que conviviam a cada momento e sempre com maior frequência à medida que se progredia na centúria que nos ocupa, com as formas individuais, pessoais e personalizadas. Refiram-se, em particular, as assinaturas autógrafas. São sinais de identidade, marcas pessoais, que indicam as características de um indivíduo^{49 50}. Podem ser para nós, hoje, em muitos casos, o único «retrato», o único testemunho, a única manifestação de um homem³⁰.

⁴⁸ Trata-se do célebre humanista italiano que em 1441 escreveu a um tal Afonso solicitando informações sobre códices alcobacenses (Aires A. Nascimento, “Poggio e o seu interesse por códices de Alcobaça”, separata da Revista da Faculdade de Letras, nºs 13/14, 5- série, Lisboa, Dezembro 1990, pp. 37-40), e em 1448 felicitou, por carta, o Infante D. Henrique (André do Prado, *ob. cit.*, p. 9).

⁴⁹ Sobre as assinaturas autógrafas analisadas, entre outros aspectos, do ponto de vista simbólico, estético, diplomático, linguístico, veja-se Béatrice Fraenkel, *La signature, genèse d'un signe*, éd. Gallimard, 1992.

⁵⁰ Veja-se, por exemplo, o caso de D. Henrique. A sua assinatura autógrafa é só uma, é verdadeiramente real e pessoal, enquanto a sua efigie tem merecido ao longo

Observemos, então, as assinaturas autógrafas de D. Duarte, D. Henrique, D. Pedro, D. João e de D. Fernando.



Cinco preciosas fontes de conhecimento, pelo menos em parte, dos homens que as traçaram. Cinco autógrafos. Porque pessoais, todos diferentes. Mas o de D. Henrique mais diferente, porque único e invulgar.

À excepção de D. Duarte, todos usaram a técnica de abreviar por contracção ou suspensão mas só D. Henrique, invariavelmente, utilizou três siglas para as palavras *ifante*, *dom* e anrique : invulgar em relação aos irmãos⁵¹, invulgar na sua época.

dos séculos, através da iluminura, da pintura e da escultura, as mais diversas expressões. A este propósito leia-se Pedro Dias, «Criação e recriação da imagem do Infante D. Henrique na época moderna», separata do **XII Encontro de Professores de História da Zona Centro**, Coimbra, 1994, p. 149-169.

⁵¹ Por curiosidade, diga-se que também na morte, melhor, no túmulo, D. Henrique

Que significado conterà a assinatura do Infante D. Henrique que calígrafo parece não ter sido? (Cfr. Grav. II) Tal como ainda hoje, a sigla é uma forma de abreviar própria de nomes que se presume universalmente conhecidos. Daí ser excepcional o seu uso em nomes próprios de pessoas. Assim, na simplicidade que aquelas três letrinhas poderão sugerir talvez se encontre antes o reflexo de uma personalidade forte, ambiciosa, determinada, que outras fontes têm descoberto e que esta poderá ajudar a confirmar⁵².

Quanto à de D. Pedro, é claro o sentido estético, de bom gosto, que se traduz numa assinatura verdadeiramente caligráfica, de traço firme, calmo e revelador de um espírito culto e exigente, afinal um espírito que veria na caligrafia o reflexo do homem perfeito, sábio e esteticamente inteligente.

Bem diferente destas duas nos parece a de D. Fernando, a quem Rui de Pina atribuiu as palavras: «*que a Deus ade servir não se deve ocupar em negocios do mundo*»⁵³. Homem de fé, talvez mesmo simples, característica que nos parece presente no traçado do seu nome.

quis ser diferente dos irmãos — foi o único a receber efígie. Efigie da qual emana «responsabilidade e poder de decisão» (Saul António Gomes, «Percurso em tomo do panteão quatrocentista de Avis», separata de **Biblos**, vol. LXX, Coimbra, 1994, p. 220).

⁵² Cfr. Aires do Nascimento, «A figura do Infante D. Henrique no diálogo com André do Prado (O “Horologium Fidei”)», separata da **Revista de Ciências Históricas**, n- IX, Universidade Portucalense, Porto, 1994, p. 52. Ainda sobre as características da personalidade que as assinaturas autógrafas podem revelar veja-se o que escreveu o nosso colega Saul António Gomes a propósito da(s) assinatura(s) autógrafa(s) de Mestre Boytac («Mestre Boytac», sep. de **Mare Liberum, Revista de História dos Mares**, Lisboa, n- 8, Dez., 1994, pp. 94-96).

⁵³ Diga-se que Frei João Alvares, a pedido do Infante D. Henrique, redigiu entre 1451 e 1460 o **Trautado da vida e feitos do muito virtuoso Senhor Ifante D. Fernando** obra, em parte, constituída pelo retrato moral e religioso do Infante Santo (A. Almeida Calado, **Dicionário da Literatura Medieval e Galega, idem, s.v João Alvares**, Frei, p. 332).

Sobre a do Infante D. João, de cuja vida, aliás curta, muito se desconhece, sobressai também a mão do homem erudito, do homem zeloso, possuidor de um domínio perfeito da *ars scribendi*.

Por último, observemos a assinatura do infante que foi rei — D. Duarte. Intencionalmente ou não, quis, como D. Henrique, ser original. Como a um rei bastava assinar *rei*, também D. Duarte, renunciando essa sua condição, se limitou a escrever *Ifante*. Fê-lo, porém, de tal forma que não nos é permitido duvidar do seu poder da escrita, a que associou o poder sobre a escrita e a eloquência perpetuada no seu cognome.

E da escrita passemos ao seu principal produto—o livro. Livro, o melhor difusor social passivo e activo da escrita e da cultura. O livro representou na cultura das cortes senhoriais e régia do Portugal de 400 um papel notável. De lamentar, porém, que se possuam apenas dois inventários de bibliotecas pertencentes aos filhos de D. João I e D. Filipa: um de D. Duarte e outro de D. Fernando. Conhecer as que teriam D. Henrique, D. Pedro ou D. João só de forma muito incompleta e indirecta.

E mesmo sobre os róis de livros dos dois infantes já referidos muito fica por saber.

Como os adquiriram? Que uso fizeram deles? Qual o seu estado de conservação? Em que tipo de letra, de língua ou de material suporte estavam escritos? A todas estas perguntas só respostas muito incompletas ou hipotéticas podemos dar.

Aliás, dispensamo-nos de abordar, aqui, o assunto, pois o Prof. Aires do Nascimento fê-lo recentemente⁵⁴.

⁵⁴«As livrarias dos príncipes de Avis», infeto **do Congresso Comemorativo do 6-Centenário do Infante D. Pedro, Biblos**, vol. LXIX, Coimbra, 1993, pp. 265-287. Mais particularmente sobre as livrarias de D. Fernando e D. Duarte veja-se respectivamente Júlio Dantas, «Os livros em Portugal na Idade Média. A livraria do Infante Santo»,

Aludamos, agora, à produção literária original, em língua latina ou portuguesa, no tempo do Infante.

A literatura da primeira metade do séc. XV, perfeitamente integrada no espírito da época, mostra duas tendências dominantes — a prosa didáctica e a crónica.

O género literário da poesia trovadoresca entrara em decadência. A mentalidade de reis e príncipes na Europa e no Portugal henriquino era, então, outra.

D. João I deu o exemplo ao escrever o seu «Livro de Montaria» (terá sido redigido depois de 1415). É quase exclusivamente constituído por regras e conhecimentos relativos à caça do porco montês. O monteiro e suas qualidades, os cães, as armadilhas e até o «conhecer de que horas he o rastro do animal» são aspectos admiravelmente tratados.

A estes conhecimentos técnicos, associam-se, ao longo de toda a obra, citações directas ou indirectas da Bíblia, dos Santos Padres, de Santo Agostinho, de S. Bernardo ou de escritores castelhanos como Afonso X e D. Lucas de Tuy⁵⁵. D. Duarte seguiu o género de seu pai ao escrever o «Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela». É considerado essencialmente autobiográfico, pois nele se lê «nom screvo do que ouvy mes daquello que per grande custume

Anais das Bibliotecas e Arquivos, série II, vol. II, n- 6, Lisboa, 1921, pp. 101-109 e Manuel Cadafaz de Matos, «D. Duarte rei e filósofo, a sua livraria e os interesses de um Humanismo pré-renascentista», **Beira Alta**, vol. 2, fase. 4, 4^o trimestre de 1991, Viseu, pp. 523-556.

⁵⁵ D. João I, **Livro da Montaria**, publicado por Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, 1918. Dentro da mesma mentalidade e de outros que ainda citaremos estava, por certo, o **Livro da Cetraria**, tratado anónimo de falcoaria composto provavelmente no séc. XV e cujo original se perdeu (J. Mattoso, **Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa**, s.v. «**Livro da Cetraria**», p. 399).

tenho aprendido»⁵⁶. Não já de carácter venatorio, mas ainda bem didáctico é ainda «O livro dos conselhos d'el rei D. Duarte», que é atribuído a este monarca, embora com algumas reservas. A heterogeneidade do conteúdo do livro é enorme; aos muitos conselhos, juntam-se cartas-missivas, uma lista de cifras, o rol da biblioteca de D. Duarte e muitas, muitas receitas de mezinhas que representam, aliás, um quarto do total dos capítulos do livro⁵⁷.

Da pena de D. Duarte é ainda «O Leal Conselheiro». Dedicado a sua mulher, Joseph Piel considerou-o um verdadeiro «tratado de psicologia da natureza das paixões e dos sentimentos do ser humano». Trata efectivamente de paixões, de virtudes, de pecados próprios da natureza humana ⁵⁸. Natureza tão complexa que o Autor, parafraseando Aristóteles e Cícero, dedicou um capítulo à «Da razom por que dizem que se deve comer huu moyo de ssal com algua pessoa ataa que o conheçam»⁵⁹. Não menos conhecedor

⁵⁶ Embora se considere que D. Duarte faleceu sem ter concluído a sua obra, dos vários capítulos que nos deixou podemos julgar como era mestre na arte de andar a cavalo. Mas andar a cavalo exigia ao «cavalgador» «poder do corpo e da fazenda»: **«Quanto pertence ao poder abastante que devem aver os cavalgadores, se departe em duas partes: Hua de desposiçom do corpo, e outra da fazenda. Do corpo penssom algus por fraqueza, ou velhice, ou gordura que nom poderóm seer boos cavalgadores, e porem perdem a vontade e leixam daprender o que pera ello saber lhes he necessário. E ssom conhecidamente os mais em esto enganados, e assy em outras muytas cousas boas que por esta desasperaçom perdem, que, se boa sperança ouvessem cobrar poderiom»** (*Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, edição crítica por Joseph M. Piel, Lisboa, 1944, p. 10, (reedição, Lisboa, INCM, 1986).

⁵⁷ Este facto não é, com toda a certeza, alheio ao caso de D. Duarte ter padecido várias doenças ao longo da sua curta vida até que a peste, para a qual ele aponta três receitas, o levou contava 47 anos de idade (*Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, edição diplomática, transcrição de João Alves Dias, introdução de A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa, 1982).

⁵⁸ Refira-se também a importância que o monarca concedeu à leitura no fim do capítulo 84 de «O Leal Conselheiro». Sobre este assunto ler de João Dionísio, «D. Duarte e a leitura», in *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, 6(2), Lisboa, 1991, pp. 7-17.

⁵⁹*Leal Conselheiro*, edição crítica e anotada organizada por Joseph M. Piel, Lisboa, 1942, p. 205. Sobre o conceito de lealdade nesta obra veja-se Nair de Nazaré Castro

dos homens era D. Pedro, como bem o demonstrou na obra de co-autoria «Livro da Virtuosa Benfeytoria». Tratado de educação de príncipes, este livro representa, hoje, um dos mais notáveis marcos da literatura parenética e doutrinária do século XV⁶⁰.

É agora o momento de referir que, paralelamente à produção original em português, surgiu outra, não menos importante, em Latim. E disso exemplo o livro do beneditino Frei André Dias, *Confessio Generalis*. Também conhecido por André de Escobar, esta eminente figura da cultura do seu tempo escreveu ainda o *De Decimis*, o *Gubernaculum Conciliorum* e o *Tractatus polemico-theologicus de Graecis errantibus* além de outras obras em português⁶¹.

E como omitir a obra do franciscano André do Prado — em resposta ao pedido de D. Henrique — *Horologium Fidei*?⁶²

Soares «Gratidão e Lealdade: dois valores humanistas», separata de *Humanitas*, vol. XLVI, Coimbra, 1994, pp. 245-258.

⁶⁰ Recentemente esta obra mereceu mais uma edição, a 5ª (Infante D. Pedro, Frei João Verba, *Livro da Virtuosa Benfeytoria*, ed. crítica, introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, 1994). É um trabalho excelente que, juntar-se a um conjunto de seis estudos, na continuação de outros, igualmente de grande valor, publicados nas *Actas* do congresso comemorativo do 6- centenário do Infante D. Pedro, em 1993, nos dispensa de tecermos quaisquer considerações. Citemos os referidos estudos: João Abel da Fonseca, «A Virtuosa Benfeytoria» e o pensamento político do Infante D. Pedro»; Pedro Calafate, «O conceito de ordem natural no «Livro da Virtuosa Benfeytoria»; Nair Castro Soares, A «Virtuosa Benfeytoria», primeiro tratado de educação de príncipes em português»; Luís de Sousa Rebelo «A alegoria final do «Livro da Virtuosa Benfeytoria»; F. da Gama Caeiro, «Hermenêutica e poder no «Livro da Virtuosa Benfeytoria»; Amândio Coxito, «O pensamento político-social na «Virtuosa Benfeytoria» in *Actas do Congresso Comemorativo do 6- Centenário do Infante D. Pedro, Biblos*, volume LXIX, Coimbra, 1993, pp. 227-252; 253-264; 289-314; 367-380; 381-388; 389-396. Cite-se ainda o trabalho de Saul António Gomes, «O Tratado da Virtuosa Benfeytoria. Simbolismo e realidade», separata de *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos - XIV-XV - Jornadas de História Medieval*, Lisboa, 1986, pp. 267-290.

⁶¹ António Domingues de Sousa Costa, *Mestre André Dias Escobar, Figura Ecuménica do século XV*, Roma-Porto, 1967.

⁶² Também este manuscrito mereceu, recentemente, uma edição com tradução (André

Segundo Aires Nascimento «a obra insere-se em estratégia de actuação em favor do Infante» e da sua imagem. Que em Roma, e outras cidades da Itália, o Infante era conhecido e admirado pela sua acção, não restam dúvidas. Letrados, banqueiros, mercadores mantinham com ele contactos epistolares, financeiros e comerciais *^{63 64}.

A par das obras originais forçoso é ainda referir a «Escola de tradutores da Corte de Avis»^M. D. Duarte e D. Pedro foram autores e promotores dessa Escola⁶⁵. Feitas directamente pelo duque de Coimbra, por ele promovidas ou a ele dedicadas citem-se as traduções do: *De Officiis*, do *De Amicitia* e do *De Senectute*, de Cícero⁶⁶, do *De re militari*, de Vegécio, do *De regimine principum*, de

do Prado, *Horologium Fidei - Diálogo com o Infante D. Henrique*, editado por Aires A. Nascimento, Lisboa, 1994. Lembre-se, a este propósito, que terá sido por intermédio de André do Prado que o humanista Poggio Bracciolini tomou conhecimento da nossa expansão e da acção de D. Henrique. Por isso, em 1448, escreveu-lhe louvando-o pelo papel desempenhado nos Descobrimentos (A. A. Nascimento, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, s.v. **André do Prado, Frei**, pp. 53-54).

⁶³ Apesar de tudo, o resultado da proposta do nome do Infante para Sumo Pontífice, levada ao Concílio de Basileia, de 1439, mostrou uma adesão pouco significativa, 3 a 6 votos «margem escassa para qualquer pretensão» (Aires do Nascimento «A figura do Infante D. Henrique no diálogo com» André do Prado (O “Horologium Fidei”), p. 60.

⁶⁴ A actividade das traduções do Latim, do Francês, do Castelhana e doutras línguas para português marcou, significativamente a cultura portuguesa nos séculos XIV e XV (António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, e Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa*, vol. I, Coimbra, 1947, pp. 15-40. Uma excelente síntese do assunto encontra-se em A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 421-423. Veja-se ainda o recente trabalho de Sebastião Tavares de Pinho, «O Infante D. Pedro e a “escola” de tradutores da Corte de Avis», in *Actas do Congresso Comemorativo do 6-Centenário do Infante D. Pedro*, pp. 129-153.

⁶⁵ Forçoso é citar os cinco conselhos que D. Duarte fornece acerca da tradução para português — «Maneira pera bem tomar algua lectura em nosa lyngoagem. feyto per el rey» (*Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte*, pp. 151-152).

⁶⁶ «O Infante D. Pedro situa-se entre os intelectuais peninsulares do séc. XV que melhor conhecia a obra de Cícero e maior influência exerceu ao nível da respectiva divulgação neste recanto do globo» (Manuel Cadafaz de Matos, «O Infante D. Pedro, a versão do *De officiis* e outras preocupações ciceronianas no Ocidente europeu no

Frei Gil de Roma, do *Panegírico de Trajano*, de Plínio e do *De ingenuis moribus et liberalibus studiis*, de Pedro Paulo Vergério⁶⁷.

Mas, como já dissemos, a cultura dos tempos do Infante também passou pela crónica, uma expressão cultural muito peculiar, carregada de ideologia e de informações históricas⁶⁸. Em Fernão Lopes⁶⁹, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, todos cronistas-mores do Reino, encontramos os melhores cultores daquele género literário. Ao primeiro atribuem-se as Crónicas de *D. Pedro I*, *D. Fernando*, *D. João I* e, com algumas reservas, a *Crónica de 1419*. Da pena de Zurara saiu a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Crónica da Guiné*, a *Crónica de D. Pedro de Meneses* e a de seu filho bastardo *D. Duarte de Meneses*. Por sua vez, Rui de Pina escreveu, entre outras, a *Crónica de D. Duarte*, a *Crónica de D. Afonso* e a *Crónica de D. João*. Merecem ainda referência a *Crónica do Infante D. Fernando*, obra de Frei João Alvares, e a *Crónica do Condestabre de Portugal*, de autor anónimo⁷⁰.

séc. XV...», *Actas do Congresso comemorativo do 6- centenário do Infante D. Pedro*, p. 340).

⁶⁷ Cite-se, ainda, entre outras, a tradução portuguesa do *Livro da Vida Solitária (De Vita Solitaria)* de S. Lourenço Justiniano, atribuída quer a D. Filipa, filha do duque de Coimbra, quer a D. Catarina, filha de D. Duarte (H. A. Peixeiro, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, s.v. *Livro da Vida Solitária*, pp. 402-404).

⁶⁸ Sobre esta problemática e a produção literária dos cronistas veja-se Armindo de Sousa, «Os cronistas e o imaginário no século XV (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)», in *Revista de Ciências Históricas* — Universidade Portucaleense, vol. IX, Porto, 1994, pp. 43-47.

⁶⁹ Veja-se o estudo monográfico que lhe dedicou João Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes — Texto e contexto*. Prefácio de José Mattoso, Coimbra, 1988. Do mesmo Autor e relacionado com aquele tema leia-se «Orientações da cultura da Corte na 1- metade do séc. XV: a literatura dos Príncipes de Avis», *Vértice*, 2- série, Agosto, Coimbra, 1988, pp. 89-103.

⁷⁰ Consulte-se *Estória de Dom Nuno Alvrez Pereira*, edição crítica da «Coronica do Condestabre» com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, 1991. Sabe-se que durante algum tempo pretendeu-se atribuir a Fernão Lopes a autoria daquela crónica. Todavia, depois do estudo de Hemâni Cidade, de 1931 («Fernão Lopes

Ao esplendor que a Crónica e outras expressões literárias, já atrás referidas, alcançaram no Portugal de Quatrocentos opôs-se o declínio da produção poética. Todavia, o *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende é obra de referência. Esta colectânea de textos poéticos, embora sem data expressa, é, pelos autores das composições e pelos temas abordados, entre outros aspectos, um produto da mentalidade cultural da Corte da segunda metade do séc. XV — inícios do séc. XVI. D. Pedro é autor de apenas uma composição enquanto seu filho, D. Pedro, o Condestável ⁷¹, subscreveu quatro, sendo a mais conhecida aquela que o tomou o primeiro autor bilingue da nossa literatura «Coplas del menosprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo»⁷².

Por tudo o que fica dito é fácil concluir que a época em que o

— é ou não o autor da Crónica do Condestabre» in *O Instituto*, vol. 81^o, n^o 1, Coimbra) essa hipótese ficou anulada para sempre. Ainda assim, João Gouveia Monteiro num trabalho mais recente e de grande análise crítica aponta como Femão Lopes utilizou nas suas obras a “Crónica do Condestabre” (reproduziu, corrigiu, rejeitou ou acrescentou passagens), («Femão Lopes e os cronistas coevos — o caso da *Crónica do Condestabre*, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, pp. 37-61).

⁷¹ Para um melhor conhecimento desta importante figura da política luso-castelhana da 2^a metade do séc. XV, veja-se o estudo monográfico de Luís Adão da Fonseca, *O Condestável D. Pedro de Portugal* INIC, Porto, 1982.

⁷² Aida Fernanda Dias, «D. Pedro e o Condestável, seu filho, no «Cancioneiro Geral», in *Actas do Congresso Comemorativo do 6- Centenário do Infante D. Pedro*, pp. 433-437. Sobre o “Cancioneiro Geral” e a poesia do séc. XV veja-se a obra, da mesma Autora, *O “Cancioneiro Geral” e a poesia peninsular de Quatrocentos (contactos e sobrevivência)*, Coimbra, 1978. Não queremos deixar de expressar aqui o nosso mais vivo reconhecimento à Senhora Professora Doutora Aida Fernanda Dias, a quem ficámos a dever preciosas informações, sugestões e indicações bibliográficas sobre a cultura portuguesa quatrocentista. E lembre-se, aqui, também, outro filho do duque de Coimbra

— D. Jaime de Portugal. Não se conhecem dele textos, mas parece ser inquestionável o seu interesse pelas letras, traduzido, entre outros aspectos, na constituição de uma biblioteca pessoal de que, infelizmente, só se possuem notícias breves. Mas deste filho de D. Pedro, que foi Cardeal, como sabemos, muito se desconhece ainda (J. M. Diaz de Bustamante, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, s.v. *Jaime de Portugal, Cardeal*, p. 331).

Infante viveu caracterizou-se por uma renovação cultural que atingiu a literatura, a filosofia, a arte e também a língua⁷³. Mas toda esta renovação não foi feita à margem de influências exteriores. Estas provieram da França, da Inglaterra, da Flandres e da Itália. Das terras italianas chegaram, talvez, as mais importantes e as de maior significado para a sociedade portuguesa quatuorcentista. Sentiram-se a todos os níveis, embora nos interesse, aqui, realçar as de índole cultural. As influências de origem italiana consubstanciaram-se, como todos sabemos, num intenso intercâmbio de pessoas (artistas, mercadores, estudantes, professores, correios, religiosos, diplomatas), entre Portugal e Itália, realizado, sobretudo, a partir da segunda metade do século XV. Com elas, e por elas, viajavam ideias, livros, mercadorias, obras de arte. Como já escrevemos noutro trabalho, «era a Itália que, nos livros, nas palavras, nos homens, nas artes, nas ideias e até nas “coisas”, exercia sobre os portugueses de Quatrocentos e depois de Quinhentos um desejo irreprensível de a ver, de a conhecer, de a imitar»⁷⁴.

E para terminar recordemos o título do nosso trabalho: «A Cultura Portuguesa no século XV. Da Universidade à Corte».

Com efeito, ficou bem claro como a Universidade e a Corte, uma centro de ensino, outra centro da realeza, foram individual-

⁷³ Sobre este particular aspecto vejam-se as obras gerais de Serafim da Silva Neto, *História da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1970; António José Saraiva, *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, livro I, Amadora, 1981-1982 e Pilar Vásquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, *Gramática Portuguesa*, 3ª edição, Madrid, 1971. Leia-se ainda o recente artigo de Ivo Castro, «A elaboração da Língua Portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro», in *Actas do Congresso Comemorativo do 6- Centenário do Infante D. Pedro*, pp. 97-106.

⁷⁴ Maria José Azevedo Santos, «As relações entre Portugal e a Itália no séc. XV», in *Alvaro Pires de Évora, um pintor português na Itália do Quattrocento* (Catálogo), Lisboa, 1994, pp. 25-41.

mente, ou em estreita ligação, os principais centros de atracção e irradiação da cultura no Portugal de D. Henrique⁷⁵.

Na Universidade formavam-se os letrados que, com o saber aqui obtido, davam o seu contributo na cada vez mais complexa burocracia do Reino. Vemo-los no Desembargo Régio, nos tribunais, e em tantos outros cargos da administração central ou regional. Outros continuavam na Universidade ou partiam para outras paragens onde, como em Itália, se tornavam insignes diplomatas, capelães pontifícios ou notários apostólicos. Na Corte incrementava-se a produção literária, a *ars* , a dança e o canto, a poesia e a música. Nos banquetes, nos casamentos, nas recepções de estrangeiros, em reuniões diversas requintava-se o gosto, o gesto, e a língua.

Num diálogo quase constante, Universidade e Corte projectavam na sociedade henriquina uma cultura pré ou proto-humanista, a nomenclatura não interessa, mas uma cultura onde já se pressentiam os principais elementos que definiriam o Renascimento e o Humanismo italianos: antropocentrismo, classicismo e naturalismo. Uma cultura que se exprimia sobretudo em prosa para ensinar, para educar, para formar o homem, todo, — a prosa didáctica, apologética, moral; ou para narrar os factos, relatar a vida dos reis e príncipes, exaltar feitos e glórias, criar memória — a prosa cronística.

Com tudo isto, a que se juntará ainda, sobretudo no último quartel do séc. XV, a cada vez mais imparável influência dos

⁷⁵ Dada a pressão cultural exercida pelas cortes (senhoriais e régia) e pela Universidade, no Portugal henriquino, merecem atenção, pela sua pertinência, as palavras de A. H. de Oliveira Marques: «Como centros de produção literária, os mosteiros sofriam a concorrência das cortes, das principais igrejas, da Universidade e, até, de professores e burocratas particulares», (*ob. cit.*, p. 426). Este assunto aguarda um estudo cuidado.

modelos italianos, alcançará Portugal um dos períodos mais célebres da nossa literatura, do nosso teatro, da nossa historiografia. Será o tempo não já de D. Henrique mas de Luís de Camões e Gil Vicente, de Sá de Miranda e António Ferreira, de João de Barros e de tantos outros.